

## Economia - Brasil

# As medidas do novo governo visam atacar efeitos e não causas

Jackson Pereira

O mercado financeiro vive momentos nervosos neste final de governo, com a taxa do "over" superando a barreira dos 100% ao mês, tendo em vista as especulações diante das possíveis medidas a serem adotadas pelo governo Collor.



O mais grave é que nem os assessores nem o próximo presidente sabem o que fazer. Temos ainda um mês pela frente antes da posse e serão trinta dias de muita inquietude e incertezas, enquanto o rolo compressor da hiperinflação estará massacrando aqueles menos preparados para conviver com ele e que não possuem instrumentos de defesa.

O plano econômico do governo Collor continua ainda no papel. Não passa de um rascunho. Alterações serão feitas e novas medidas serão, por certo, discutidas no "bolo de noiva".

E quais as medidas em estudo? Vamos tecer alguns comentários sobre os itens que ora são especulados.

Fala-se que as aplicações ao portador deverão ser extintas ou fortemente tributadas, visando seu direcionamento para atividades produtivas. Sem dúvida seria uma medida sem sentido e, possivelmente, até com o agravante de ocasionar a fuga de ativos para o exterior. É indispensável que seja feita uma análise. A credibilidade inicial do novo governo e uma política econômica austera em relação aos gastos públicos fatalmente farão com que os bilhões de cruzados que giram hoje no anonimato venham a ser dirigidos para a produção. A alternativa da concessão de uma ampla anistia fiscal também não deveria ser descartada.

A criação de um empréstimo compulsório sobre o lucro das instituições financeiras e empresas que aplicam seus recursos em títulos do governo precisa ser evitada por quem acena com a bandeira da credibilidade. Não pode o governo Collor querer solucionar nosso grave problema econômico com o surgimento de bodes expiatórios. O critério ético é importante por ocasião de decisões governamentais. Por que agora penalizar empresas que em determinado momento por incerteza e/ou falta de opção foram obrigadas a adquirir títulos do governo de curtíssimo prazo?

Quanto ao lucro da maioria dos bancos obtido em 89, decorrente mais da explosão inflacionária, não é fato motivador para penalizar o setor. Há necessidade

de controlar a inflação e fazer com que exista maior competição na área bancária, mas não é recomendável o tratamento de choque contra qualquer setor isoladamente.

A desindexação com a extinção do BTN fiscal mais uma vez revela a preocupação secundária do governo em relação aos efeitos da inflação. É preciso que os técnicos busquem atacar de frente as causas de nossos males econômicos. A eliminação da LFT com a criação de títulos de mais longo prazo, variando de quinze dias a dois anos, é sem dúvida uma medida viável para uma melhor administração da dívida. Os aplicadores no momento optaram por ter seus recursos no curtíssimo prazo em função do caos inflacionário. Caso exista consistência na nova política econômica do governo, fatalmente o prazo das operações será alongado e haverá redução nos juros.

A idéia de substituir recursos que agora estão no "over" por ações de empresas a serem privatizadas é preocupante e equivocada. A inflação será controlada se o governo Collor atacar com objetividade as causas. A realocação compulsória não é solução e com certeza de saída já tirará a desejada e indispensável credibilidade do novo governo.

Em face do que vimos, as medidas ora em estudo, infelizmente, visam atacar os efeitos e não as causas da inflação. Espera-se que o presidente Collor venha tomar decisões pautadas no equilíbrio e no bom senso. A situação é extremamente grave e requer soluções práticas. Não podem os assessores econômicos do novo governo querer fazer do Brasil uma grande cobaia e tentar impor soluções milagrosas. Algumas medidas poderão levar o novo governo a um sério processo de desgaste logo em sua implantação e isso para o País seria catastrófico. Esta nação é jovem e tem muita potencialidade. Por que não fazê-la emergir do caos e levá-la a uma nova realidade? Mas para que isso venha a ocorrer, os caminhos são outros. Ainda há tempo para o presidente impor soluções claras e objetivas no combate à inflação, sem milagres, mas dentro de uma realidade baseada em atitudes corajosas mas que não provoquem desastres e maiores sacrifícios. Já chega de paliativos.

Jackson Pereira é diretor do Banco Comercial Bancesa S.A. e vice-presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC).